

MUSEU DA FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO:

ANÁLISE DAS FICHAS DE REGISTRO E
DOCUMENTAÇÃO DA COLEÇÃO DE MEDICAMENTOS

SARHA DIAS HOTTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, OURO PRETO,
MINAS GERAIS, BRASIL

Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) no Projeto Evolução Histórica do Estudo em Farmacologia e Toxicologia Baseado no Acervo Histórico do Museu da Farmácia (MPh-UFOP).

E-mail: sarha.hottes@aluno.ufop.edu.br

ANA CRISTINA AUDEBERT RAMOS DE OLIVEIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE
OURO PRETO, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL

Professora Adjunta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO/MAST), mestra em História Social da Cultura (PUC-RJ), bacharela em Museologia (UNIRIO).

E-mail: audebert@ufop.edu.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30p399-425>

RECEBIDO

30/07/2020

APROVADO

09/12/2020

MUSEU DA FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO: ANÁLISE DAS FICHAS DE REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO DA COLEÇÃO DE MEDICAMENTOS

SARHA DIAS HOTTES, ANA CRISTINA AUDEBERT RAMOS DE OLIVEIRA

RESUMO

A documentação museológica é um dos eixos do museu e está presente nas ações de registro, catalogação, pesquisa e comunicação do acervo. O artigo apresenta um estudo da documentação museológica tendo como foco as fichas de registro atualmente utilizadas na Coleção de Medicamentos do Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica na qual discutimos os alcances teóricos e práticos do tratamento da informação em museus, a formação dos museus universitários e alguns conceitos correlatos. Realizamos pesquisa *in loco* e estudo da Coleção de Medicamentos e suas fichas de registro com o intuito de averiguar se os campos atendem às necessidades informacionais específicas dessa tipologia de coleção. Identificamos que, ao longo do tempo, as fichas aplicadas à coleção passaram por mudanças tanto na estrutura, organização e denominação dos campos quanto na metodologia de preenchimento. Como resultado propomos um novo modelo de ficha de registro com capacidade de disponibilizar mais informações sobre a coleção e elaboramos um manual para a atual ficha da instituição.

PALAVRAS-CHAVE

Documentação museológica, Acervo museológico, Museus de ciência e tecnologia, Museus universitários.

PHARMACY MUSEUM OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF OURO PRETO: ANALYSIS OF RECORD FORMS AND DOCUMENTATION OF THE MEDICINES COLLECTION

SARHA DIAS HOTTES, ANA CRISTINA AUDEBERT RAMOS DE OLIVEIRA

ABSTRACT

Museological documentation is one of the axes of the museum and is present in the actions of registration, cataloging, research and communication of the collection. The article presents a study of the museological documentation focusing on the registration forms currently used in the Medicines Collection of the Pharmacy Museum of the Federal University of Ouro Preto. The methodology consists of bibliographic research in which we discuss the theoretical and practical scope of the treatment of information in museums, the formation of university museums and some related concepts. We carry out on-site research and study of the Medicines. We identified that, over time, the forms applied to the collection have undergone changes both in the structure, organization and denomination of the fields, as well as in the filling methodology. As a result, we propose a new model of registration form with the ability to provide more information about the collection and we have prepared a manual for the current form of the institution.

KEYWORDS

Museological documentation, Museological collection, Ciencia and technology museums, University museums.

1 INTRODUÇÃO

Museus são espaços dedicados à conservação/preservação, pesquisa, documentação, educação e exposição do patrimônio cultural, material ou imaterial, artístico, histórico, científico e técnico. Essas instituições são criadas por diversos motivos, sejam eles preservar a memória de uma região ou município, uma pessoa ou determinado(s) grupo(s), um acontecimento histórico e/ou científico, entre outras razões. Há museus de arte, história, ciência e tecnologia, de culturas militares, etnográficos, arqueológicos, comunitários, ecomuseus, da imagem e do som e de novas tecnologias e outras diversas tipologias. Essas instituições podem ser públicas, sob a responsabilidade direta ou indireta de um órgão governamental, ou privadas, mantidas por empresas, associações ou indivíduos. Dentre esses museus, existem aqueles que estão sob a tutela de uma universidade ou instituição de ensino superior, os quais são chamados de museus universitários. Em suma, existem diversas tipologias de museu e razões que levam à criação desses espaços, todavia é importante lembrar que os museus estão em constante mudança, pois acompanham as transformações culturais e socioeconômicas e funcionam como mediadores entre a sociedade e determinados conhecimentos por serem fontes de pesquisa e informação.

Neste artigo, apresentamos alguns aspectos dos museus universitários, como estas instituições e suas coleções são formadas e a relevância

que esses espaços têm no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. Nosso ponto central é a análise da documentação museológica em um museu universitário, destacando alguns dos seus conceitos, sua importância para o funcionamento dos museus, seus desafios e perspectivas. Para isso utilizamos como estudo de caso a Coleção de Medicamentos do Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (MPh-/UFOP).¹

Partimos da experiência adquirida entre os anos de 2018 a 2020 no MPh, por meio do desenvolvimento do estágio obrigatório supervisionado da graduação no curso de Museologia da UFOP. Essa experiência oportunizou a realização da monografia intitulada *Reflexão sobre documentação museológica: análise das fichas de registro e documentação da Coleção de Medicamentos do Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto*, orientada pela professora Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira.

A partir dessa experiência, observamos que a instituição utiliza um modelo de ficha de registro para cada coleção da instituição. As fichas de registro utilizadas na Coleção de Medicamentos apresentam campos informacionais básicos que não extraem muitas informações sobre os objetos, não preservam sua trajetória, história e função — seja ela anterior ao museu ou já como parte da coleção — e não disponibilizam pesquisa e investigação suficientes para embasar as ações de curadoria do MPh.

A metodologia desenvolvida consiste, primeiramente, na pesquisa bibliográfica acerca dos museus universitários, explorando suas definições e buscando compreender, de maneira geral, como essas instituições e suas coleções foram formadas. No segundo momento, efetuamos um estudo bibliográfico sobre a história da Escola de Farmácia de Ouro Preto (EFAR²) e sobre a formação do MPh. Em seguida, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a área da Documentação Museológica, seus principais conceitos e sua importância para os museus. A partir disso, desenvolvemos uma pesquisa *in loco* no Museu da Farmácia a fim de analisar como

¹ Existe uma indefinição atualmente quanto à nomenclatura e sigla do Museu. Tem sido utilizada a sigla MPh, ao passo que o museu é referido em documentos institucionais como Museu da Farmácia. Seguimos no artigo essa mesma lógica enquanto não se estabelece um padrão oficial institucional.

² Quando nos referimos à atual Escola de Farmácia, ligada à Universidade Federal de Ouro Preto, usamos a abreviação EFAR-UFOP. A antiga Escola de Farmácia de Ouro Preto, criada em 1839, será chamada aqui por EFAR.

ocorre o processo de documentação e como este se relaciona com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por fim, analisamos as fichas de registro e desenvolvemos a proposta de uma nova ficha para a Coleção de Medicamentos. Além disso, criamos um manual para o preenchimento das fichas de documentação museológica, com a finalidade de subsidiar e padronizar essas ações no Museu da Farmácia.

2 MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: ALGUNS APONTAMENTOS

Buscando origens muito remotas, a possível relação entre museu e universidade estaria ligada ao *mouseion* de Alexandria, datado de cerca de 280 a.C., local onde coleções de objetos e livros, além de laboratórios, observatórios, jardim botânico e zoológico estavam à disposição de estudiosos.

De fato, o primeiro museu ligado a uma universidade é referenciado no século XVII, com a criação do Ashmolean Museum da Universidade de Oxford, a partir da doação de coleções feitas por Elias Ashmole. Em 1683, o museu foi aberto ao público e contava com coleções de arqueologia, geologia, botânica e zoologia que também eram utilizadas no ensino. Logo depois, outros museus universitários se formaram a partir da doação de coleções como o Sedgwick Museum of Earth Sciences da Universidade de Cambridge, em 1727, e o Hunterian da Universidade de Glasgow, em 1783. Essas coleções eram formadas por vários tipos de objetos – obras de arte, animais taxidermizados, herbários, artefatos de civilizações da antiguidade, livros, dentre outros.

Encontrar uma definição para os museus universitários que compreenda todas as suas especificidades não é tarefa fácil, a começar pela nomenclatura. Como aponta Mendonça (2014, p. 21) “Ocorre que Museus Universitários não são apenas Museus Universitários”, por vezes, aparecem como coleções universitárias, em outras ocasiões como anfiteatros, laboratórios, salas ou galerias. O museu universitário pode ser compreendido como

[...] uma unidade da universidade que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe para estudo, educação e apreciação as evidências materiais das pessoas e do ambiente, podendo estar exposta parte ou toda a coleção em um espaço específico para isso, aberta ao público em horários regulares e pode exibir material de outras fontes eventualmente (UNIVERSITY MUSEUMS COMMITTEE, 1996, p. 206 *apud* ALMEIDA, 2002, p. 205).

Diferentemente do museu universitário, a coleção universitária seria exibida de forma limitada ou mesmo não exibida, sendo utilizada principalmente para o ensino universitário ou pesquisas eventuais de especialistas.

Por muito tempo as universidades foram consideradas instituições com espaço, instrumental, conhecimento e pessoal preparado para guardar e preservar as coleções (MENDONÇA, 2014, p. 25). Almeida (2001, p. 13) afirma que a formação do museu universitário pode ocorrer como resultado da aquisição de acervos, por doação ou compra de materiais e aparelhos que adquirem, com o tempo, novos usos; de objetos ou coleções de particulares; transferência de um museu já formado para a responsabilidade da universidade; coleta e pesquisa de campo; ou a combinação destes processos.

Para Almeida (2002, p. 205), o público dos museus universitários é, inicialmente, a comunidade universitária. De acordo com a autora, quando esses primeiros museus foram formados o principal objetivo era a pesquisa e o ensino universitário. Atualmente, esse objetivo foi acrescido da expectativa que existe sobre as universidades de realizarem atividades de extensão, ou seja, desenvolverem programas que ultrapassem os espaços da universidade e atinjam um público mais amplo. Assim, o museu universitário é um importante fator de estreitamento da relação da sociedade com a divulgação científica. Entende-se por “difusão científica” todo processo de comunicação do conhecimento científico e tecnológico a partir da sua multiplicidade de linguagens e representações. É um termo com fronteiras abrangentes e que dependendo do público a que se destina é denominado de duas formas: disseminação científica, quando se trata de especialistas, e divulgação científica, para o público em geral (CAVALCANTI; PERSECHINI, 2019, p. 4).

Santos (2006) afirma que a ação do museu universitário deve fazer parte de uma política universitária sistêmica e estruturante, resultado de um processo de planejamento estratégico envolvendo o coletivo dos museus. A autora ressalta ainda que essa política deve ser considerada como uma proposta coletiva, buscando torná-la mais profunda, abrangente e plural, a partir de encontros e trocas entre os dirigentes responsáveis. Marques e Silva (2011) afirmam que é importante que as universidades estabeleçam uma política específica, com normatizações para a criação de espaços desse tipo dentro da universidade e definam claramente o papel dos museus que estão sob sua responsabilidade para, dessa forma, atenderem às expectativas da comunidade universitária e/ou da comunidade local.

Segundo Mendonça (2014), os museus universitários têm por característica classificar os objetos e até mesmo a própria instituição, de acordo com disciplinas ou áreas específicas. Além disso, devemos considerar também que as coleções e museus universitários mantêm em acervo objetos que são resultados concretos das atividades de ensino e pesquisa de suas instituições-mãe e por isso as coleções e instituições são geralmente classificadas e nomeadas de acordo com as disciplinas às quais se vinculam especificamente.

2.1 Preservação da memória farmacêutica: a criação do Museu da Farmácia

A Escola de Farmácia de Ouro Preto (EFAR) foi criada pela Assembleia Legislativa do governo provincial de Minas Gerais por meio da Lei n. 140, de 4 de abril de 1839. Segundo Gomes (1961, p.7) a criação da Escola fazia parte de um programa de desenvolvimento da província mineira, que almejava suprir a precariedade de profissionais da saúde e a criação de um sistema educacional. A primeira aula do curso aconteceu no dia 7 de setembro de 1840, com o professor Eugênio Celso Nogueira, no casarão onde, atualmente, funciona a Pousada Mondego, no largo de Coimbra, em Ouro Preto.

Desde sua criação, a EFAR passou por diversas modificações no ensino, na matriz curricular, na duração do curso e também no edifício no qual eram ministradas as aulas. Apesar disso, é inegável o impacto que a presença da Escola trouxe, tanto para a região quanto para o Brasil, tornando-se ao longo do tempo um importante fator de influência na modernização política e social, uma vez que formou centenas de profissionais que se espalharam em todo o país (DIAS, 1989). A Escola transformou o sistema de saúde da província mineira, pois apenas quem possuía diploma concedido pela EFAR ou pela Academia Médico Cirúrgica do Império poderia trabalhar como farmacêutico — antes, essa profissão era exercida pelos boticários (VELLOSO, 2013).

No dia 21 de agosto de 1969, foi criada a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio do Decreto Lei nº 778, a partir da junção da Escola de Farmácia de Ouro Preto com a Escola de Minas de Ouro Preto³.

³ Cf. *História da UFOP*. Disponível em: www.ufop.br/historia-da-ufop . Acesso em: 1 dez. 2020.

A EFAR–UFOP serviu de base para a criação de novos cursos na área da saúde dentro da universidade, como Nutrição, em 1982, e Medicina, em 2007⁴. Além disso, a Escola também foi importante na criação do primeiro curso de graduação em Museologia de Minas Gerais, uma vez que o prédio da EFAR–UFOP serviu de sede para as primeiras aulas do curso⁵. Em 2013, a Escola de Farmácia transferiu sua sede para o Campus Morro do Cruzeiro, destinando o antigo prédio para a salvaguarda e preservação do acervo histórico e científico proveniente desde a criação da escola, em 1839, até os dias atuais.

No Brasil, muitos museus universitários surgiram do esforço de investigadores universitários que conservaram importantes acervos de suas instituições, bem como da comunidade externa. Esse é o caso do MPh, que surgiu a partir da iniciativa de professores da EFAR–UFOP. O museu teve origem em 1960, com os primeiros passos dados pelo diretor professor Vicente Elena Trópia e de um grupo de professores interessados na história da farmácia que adquiriram o mobiliário pertencente a Pharmacia Magalhães. Anos depois, em 1990, outro grupo de professores e funcionários decidiu reunir os antigos materiais de ensino que estavam dispersos pelos laboratórios da EFAR. Dessa coleta foram reunidos equipamentos, modelos de ensino, mobiliário, drogas, vidrarias, documentos, periódicos, teses, além de livros do século XIX, que foram dispostos em uma sala junto com o mobiliário da Pharmacia Magalhães (SILVA, 2014), criando assim uma exposição aberta esporadicamente para visitação, sob o nome de “Museu da Escola de Farmácia”.

Apesar dos esforços, tanto no processo de coleta quanto de montagem da exposição desses objetos, o MPh não conseguiu manter suas atividades expositivas de forma regular e teve que ficar fechado para o público por cerca de dez anos. Durante esse tempo, todo o acervo oriundo da trajetória da EFAR ficou recolhido e guardado no espaço acad mico, disponível apenas àqueles que tinham ligação com escola. Somente em 2010, com o apoio da Reitoria da UFOP, formou-se uma Comissão Acad mica e Administrativa

4 Cf. *Origens da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. Disponível em: www.escoladefarmacia.ufop.br/escola. Acesso em: 1 dez. 2020.

5 Atualmente, as atividades do Departamento de Museologia (Demul) são realizadas em prédio próprio no campus universitário da UFOP, na Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM).

com o intuito de abrir o museu para visitação permanentemente (NUNES *et al.*, 2019). A partir disso, foram realizadas ações de conservação e preservação, inventário dos acervos, criação de projeto arquitetônico, coleta de dados, melhorias na expografia e contratação de uma equipe para trabalhar na instituição. Em 4 de abril de 2011, aniversário de 172 anos da Escola de Farmácia, o museu foi reaberto para visitação (SILVA, 2014).

O Museu da Farmácia (MPh) é uma instituição voltada para a preservação e comunicação da memória farmacêutica no Brasil. Tem como objetivo apresentar as mudanças ocorridas na comercialização e produção do saber farmacêutico nos séculos XIX e XX em Minas Gerais, enfatizando a participação da Escola de Farmácia nesse processo (SILVA, 2014). No MPh, o visitante pode entender como eram produzidos fármacos, pomadas, emplastos, soluções, xaropes, perfumes, desde a coleta da matéria-prima até o produto vendido nas farmácias ou boticas. Além disso, por meio das exposições e das coleções compostas por objetos remanescentes desde a implantação da EFAR, em 1839, o visitante pode compreender como era o ensino da ciência farmacêutica.

Atualmente, o museu desenvolve atividades de pesquisa, preservação, conservação, documentação e educação. Por meio das ações educativas, dentro e fora do museu, o MPh busca tornar a ciência farmacêutica mais próxima das pessoas, desmitificar a ideia de que a ciência é restrita aos cientistas e especialistas e que a universidade é um espaço fechado. As visitas mediadas e atividades educativas objetivam fazer a mediação entre o público e o conhecimento, sendo esse um dos maiores desafios da instituição: tornar a linguagem científica acessível para os diversos tipos de público. Essa linguagem somente se torna acessível quando o museu realiza uma prática de documentação e pesquisa eficiente e coesa, pois é por meio desse trabalho que são dadas as informações a serem divulgadas em suas atividades. É por meio da documentação, também, que grande parte da informação sobre os objetos é preservada e extrovertida nas exposições.

Como ressaltamos anteriormente, é importante que os museus universitários estabeleçam e façam parte de uma política universitária sistêmica e estruturante como resultado de um processo de planejamento estratégico e coletivo, e que definam o papel desses museus que estão sob responsabilidade da universidade para atenderem às expectativas do seu público

(MARQUES, SILVA, 2011; SANTOS, 2006). Nesse sentido, destacamos a iniciativa da museóloga do Museu da Farmácia, Ingrid da Silva Borges, que, em 2019, juntamente com a Proex, reúne museus, departamentos e setores da UFOP que abrigam coleções para participarem da criação da Rede de Museus e Acervos da UFOP. O regimento da Rede, por meio da Resolução CUNI nº 2.377, foi aprovado em 15 de setembro de 2020 e está vinculado à Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão (Proex-UFOP).⁶

O MPh já serviu de tema para pesquisas de graduação e mestrado em diversas áreas do conhecimento. Além disso, como espaço propício para o desenvolvimento de atividades extensionistas, o museu busca estabelecer parcerias com os diversos departamentos da UFOP e com a Pró-Reitoria de Extensão, realizando projetos que atraiam estudantes para o MPh. Atualmente, há dois projetos de extensão coordenados pela museóloga responsável Ingrid da Silva, com a participação de alunos bolsistas e voluntários dos cursos de História, Museologia, Turismo e Farmácia. Um deles voltado para os processos de conservação e documentação dos acervos, denominado “Museu da Farmácia: preservando o conhecimento”; e o outro destinado às ações educativas, chamado de “Museu escola, educação e saúde”.

Por fim, cabe ressaltar que o Museu da Farmácia é uma instituição que preserva, gere e difunde a história, os produtos e as influências socioculturais da EFAR em Ouro Preto e da ciência farmacêutica no Brasil. Como museu de ciência e técnica ligado à universidade, o MPh se configura como uma instituição tradicional, nos dizeres de Cavalcanti e Persechini (2019, p.4), pois classifica suas coleções, em parceria com os professores da EFAR-UFOP, de acordo com as matérias e o conhecimento da Farmácia. Como Godoy (2010, p. 83) ressalta, o MPh é um dos poucos museus com esse tema no Brasil, e, como museu universitário, desenvolve suas atividades apesar de todas as dificuldades encontradas por instituições dessa tipologia.

Diante do exposto, percebemos a importância da reflexão, das ações e dos procedimentos da documentação museológica. Afinal, como um acervo tão específico e mais do que centenário pode ser preservado e extrovertido em exposições ou ações educativas se não estiver adequadamente identificado e registrado?

⁶ Cf. *Aprovada a criação da Rede de Museus e Acervos da UFOP*. Disponível em: <https://proex.ufop.br/noticias/conselho-universitario-aprova-criacao-da-rede-de-museus-da-ufop>. Acesso em: 7 dez. 2020.

3 ASPECTOS DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS

A Documentação Museológica é vista como um dos cernes do museu. Consiste essencialmente no registro, catalogação e pesquisa do acervo e é a partir desses procedimentos que se torna possível obter as informações necessárias que constituem os discursos expositivos de um museu. Segundo Helena Dodd Ferrez (1991), o sistema de documentação museológica gere e organiza o acervo a partir da entrada de cada item, quando são realizados os procedimentos de seleção e aquisição; organização e controle; número de identificação; acondicionamento, classificação/catalogação; e das saídas, momento de disseminação da informação. O sistema de documentação pode ser apenas a prática de inventário de peças ou fichas catalográficas, contudo o objetivo é, idealmente, segundo Heloísa Barbuy (2008), construir uma base de informações que sustente as pesquisas e ações de curadoria.

Joahanna W. Smit (2008) compreende a documentação como uma ação operada com ou sobre os documentos. Apesar do termo ter diferentes significados, seja no cotidiano ou em áreas de especialidade, sempre remete a uma ação exercida sobre documentos. Documento é qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza que possui registro de informação, independente do seu formato e suporte (PADILHA, 2014). Suzanne Briet (1951) conceitua o documento por sua condição de registro, garantida pela permanência da informação no tempo e pela portabilidade no espaço. Além disso, a autora ressalta que enquanto registro, o documento pressupõe uma intencionalidade. Michael Buckland (1997) se baseia nas proposições de Suzanne Briet e afirma que para o objeto se tornar um documento é necessário que este objeto tenha materialidade, ou seja, somente objetos físicos e sinais físicos podem constituir documentos; deve haver uma intenção de tratar o objeto como evidência de algo; os objetos devem ser processados e transformados em documentos e devem ser entendidos fenomenologicamente na qualidade de documentos.

Peter Van Mensch (1992) identifica três aspectos básicos para abordar os objetos museológicos como suportes de informação. O primeiro diz respeito às propriedades físicas dos objetos, ou seja, descrição física da composição material, da construção técnica e morfologia. Já o segundo é compreendido pela função e pelos significados principal (função e valor

emocional) e secundário (simbólico e metafísico). O terceiro aspecto é referente à história, abarcando gênese (processo de criação), uso (utilidade inicial e a reutilização) e deterioração ou marcas do tempo (fatores endógenos e fatores exógenos).

A informação — seja ela intrínseca ou extrínseca ao objeto — é um importante fator para a realização das funções sociais e culturais de um museu. O interesse da documentação gira em torno da informação, sendo a documentação um instrumento dos processos de gestão dos documentos e de suas informações. Para tanto, a documentação vem como um norteador das questões: “documentar o quê? Para quê? Para quem? Como? Quando?” (PADILHA, 2014, p. 11). Na área da Ciência da Informação, a informação é um conceito central e pode ser utilizado de duas formas:

[...] como o ato de moldar a mente e como o ato de comunicar conhecimento (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Dentre as perspectivas de informação encontradas no âmbito da Ciência da Informação, evidencia-se a Informação-como-coisa (BUCKLAND, 1991), que trata de um objeto/documento que possui capacidade informativa por meio de sua descrição e representação. Assim, pode-se compreender que a informação está atrelada a um documento, que comporta um significado e que, ao entrar num processo comunicativo, emite uma mensagem (PADILHA, 2014, p. 14).

No glossário do livro *Museu: aquisição/documentação*, Fernanda de Camargo-Moro conceitua documentação como:

1) processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo; 2) conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização dos documentos sobre as coleções (CAMARGO-MORO, 1986, p. 239).

De acordo com Loureiro (2008), a documentação é uma ferramenta indispensável para a localização e o controle dos deslocamentos internos e externos dos objetos e configura-se como processo essencial no desenvolvimento de exposições e outras atividades do museu. Além disso, é importante na recuperação das informações intrínsecas e extrínsecas que o objeto carrega ou que se relacionem a ele, individualmente ou em conjunto, e se configura também como fonte para pesquisa em diferentes disciplinas.

Portanto, a Documentação Museológica é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus em fontes de

informação, pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. Ferrez (1991) ressalta que para que um sistema de documentação museológica seja eficiente é necessário ter clareza e exatidão dos dados dos objetos; definir campos de informação que atendam à estrutura informativa do objeto e às necessidades do usuário; estabelecer normas e procedimentos para o controle de entrada e saída de objetos, registro, classificação, catalogação etc.; controlar o uso de terminologias para impedir que informações relevantes sejam perdidas; elaborar catálogo; utilizar uma numeração simples e legível para identificação dos objetos; por último, garantir a segurança dessa documentação.

Diante desse contexto, é possível compreender que um dos papéis dos museus é criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais os objetos/documentos são suportes, entendendo-se que a documentação é fundamental para o cumprimento dos objetivos do museu. Sendo assim, a documentação museológica em um museu universitário, ao embasar as ações de curadoria e ações educativas, se torna um veículo de disseminação e divulgação do conhecimento ao fornecer informações que passaram por pesquisa e investigação, culminando em um registro claro e coeso.

4 ESTUDO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DA COLEÇÃO DE MEDICAMENTOS

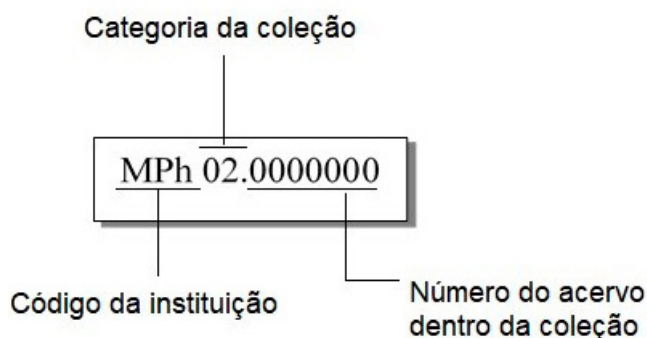
Os medicamentos existem desde a Antiguidade, quando eram utilizadas ervas para curar doenças. Desde então, os medicamentos foram desenvolvidos até sua produção em escala industrial em resposta às necessidades da sociedade, que se tornava cada vez mais usuária de medicamentos. Marcada pela descoberta da penicilina em 1928, essa fase de produção industrial e expansão de laboratórios no mundo surgiu no período pós-guerra, momento em que a indústria farmacêutica buscava por medicamentos que combatessem as infecções (CONSELHO..., 2010). No Brasil, um decreto governamental estabelecia novas áreas de atuação da Farmácia para atender às exigências da época. A criação da EFAR se enquadra em uma dessas exigências, uma vez que era grande a carência de profissionais farmacêuticos na capitania de Minas Gerais que trabalhassem na manipulação e distribuição de medicamentos. Anterior à criação da EFAR, essa era uma das responsabilidades do boticário (DIAS, 1989).

A Coleção de Medicamentos, dentro do arranjo de coleções do MPh, preserva exemplares de medicamentos, matérias-primas, extratos e tinturas utilizados na produção farmacêutica e que representam o desenvolvimento da química farmacêutica. As informações dessa coleção, quando relacionadas com as da Coleção de Aparelhos Científicos e com os livros de ensino, possibilitam a compreensão do desenvolvimento e das transformações da área farmacêutica.

A primeira documentação que se encontra dos acervos é de 2011. Nesse ano, por meio de uma parceria entre o Conselho Executivo do Museu da Farmácia e dos bolsistas do projeto Farmácia Educa, do programa Pró-Ciência da UFOP, complementado pela historiadora e museóloga Raiany Aparecida da Silva, foram feitos dois volumes de inventário do acervo da instituição, intitulado “Museu da Pharmacia: arrolamento do acervo exposto”, no qual foi elaborada e instituída a documentação das diversas tipologias do acervo. Para compor o número de registro foi adotada a sigla MPh, seguida do número da categoria (01 Quadros e plotagens; 02 Frascos e vidrarias; 03 Equipamentos e utensílios; 04 Livros e documentos; 05 Modelos tridimensionais e animais taxidermizados; 06 Mobiliário) e um número arábico sequencial que identifica o objeto dentro da categoria do acervo. Configura-se assim como um sistema de numeração tripartido, no qual cada campo da numeração recupera uma informação distinta, porém complementar sobre o objeto e sua posição dentro do acervo, como pode ser observado na Figura 1.

FIGURA 1

Código do número de inventário. Fonte: Hottes (2019, p. 52)



Nesse inventário os medicamentos foram catalogados junto com as vidrarias de laboratório e somavam 535 itens arrolados. Quando a atual museóloga, Ingrid da Silva Borges, assumiu, em 2015, iniciou um processo de localização e identificação desse acervo no edifício. Em seguida, foi necessário separar esse acervo em Coleção de Medicamentos e Coleção de Vidrarias, devido às diferenças entre eles, e a partir do inventário foi feita uma nova ficha. O número de registro dos medicamentos permanece o mesmo do inventário e as vidrarias que foram retiradas receberam nova numeração. Por causa disso, ficaram lacunas na ordem sequencial dos números da Coleção de Medicamentos que foram preenchidas com outros objetos que estavam na instituição, mas não estavam documentados.

Atualmente, a Coleção de Medicamentos possui mais de 2.100 objetos inventariados, que datam desde o século XVIII. Estão reunidos, em sua maioria, na exposição de longa duração do Museu, na Pharmacia Magalhães (Figura 2) e na Farmácia Central; outra parte está acondicionada em estantes na Reserva Técnica IV (Figura 3).

FIGURA 2 (ESQ.)

Parte do acervo em exposição. Fonte: Hottes (2019, p. 53).



FIGURA 3 (DIR.)

Parte acervo acondicionado. Fonte: Hottes (2019, p. 53).



A coleção começou a ser formada desde a primeira iniciativa de criação do museu, em 1960, visto que grande parte da coleção foi doada pela Escola de Farmácia. Parte desse acervo está rotulado com o nome da própria EFAR e do laboratório em que eram usados; outros, com o nome da Santa Casa, pois em um determinado período houve uma parceria entre o hospital e a Escola⁷. Outros medicamentos pertenciam à Pharmacia Magalhães e à Farmácia Central e foram incorporados à coleção quando os mobiliários foram adquiridos pelo museu. Há também objetos provenientes de pequenas coleções de particulares que foram doadas ao MPh por terem importância na história dos medicamentos.

O MPh não tem política de aquisição definida, pois ainda não há um plano museológico em vigor. O processo de aquisição segue alguns critérios técnicos que a própria museóloga responsável estabeleceu com base nos parâmetros utilizados quando o museu foi reaberto, em 2011. Já para a classificação do objeto em cada coleção o MPh, em parceria com os professores da EFAR–UFOP, estabelece e define em qual categoria de acervo se encaixa a partir do conhecimento da área da Farmácia. Na Coleção de Medicamentos se enquadram os frascos, recipientes, vidros e caixas que possuam rótulo e/ou conteúdo de medicamentos, extratos, tinturas e matéria-prima ou apenas vestígios desses materiais (Figura 4).

FIGURA 4

Exemplo de medicamento que compõe a coleção.
Fonte: Hottes (2019, p. 54).



⁷ Informações fornecidas pela museóloga da instituição, Ingrid da Silva Borges.

Anterior à documentação, os objetos dessa coleção passam por um processo de conservação no qual é feita a higienização com trincha de cerdas macias, *swab* seco ou umedecido em carboxymetilcelulose (CMC). Em seguida, passam pelo processo de inventário. A primeira etapa é a marcação do objeto com o número de registro, no qual é utilizada uma etiqueta de papel com a identificação; a segunda etapa é o registro fotográfico do objeto já higienizado e com o número de inventário. Posteriormente, é realizada a catalogação do objeto na ficha de registro adotada pela instituição para a coleção. Por fim, o objeto é acondicionado na Reserva Técnica IV.

O Museu da Farmácia utiliza, para a documentação de suas coleções, o programa Word, do pacote Microsoft Office, por já estar instalado nos computadores do museu e ser de fácil utilização. Apesar dos benefícios, há a problemática de armazenamento, pois para cada item da coleção é gerado um arquivo. Em uma instituição que possui um vasto acervo, como o MPh, isso acaba por produzir muitos arquivos que exigem grande capacidade de armazenamento e backups constantes. Os modelos de fichas de registro das coleções apresentam uma estrutura básica, sendo recorrente a presença dos seguintes campos: nome/título, categoria de acervo, dimensões, data, material e técnica, localização, observações, movimentação e registro fotográfico. Alguns modelos de ficha de registro empregados nas coleções do museu contêm campos diferentes que buscam atender à necessidade específica de sua coleção. Por exemplo, as fichas da Coleção de Taxidermia, na categoria de História Natural, contêm um campo para a classificação do animal em reino, filo, classe, ordem etc. Isso não se aplica às coleções de Vidrarias e de Medicamentos as quais, inicialmente, utilizam a mesma ficha de registro.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar algumas variações na documentação da Coleção de Medicamentos, para a qual foram utilizadas três fichas de registro com diferenças nos campos informacionais e na metodologia de preenchimento. Todas foram feitas no programa Word, em folha branca, no formato paisagem.

Na primeira fase, a ficha de registro é composta por 14 campos informacionais: número de inventário, nome, número de patrimônio, categoria de acervo, localização, dimensões, material e técnica, data, origem, fabricante, marcas e inscrições, registro fotográfico, observações e movimentação. Esse modelo é utilizado desde o acervo MPh 02.001 até MPh 02.099;

posteriormente foi retomado no acervo MPh 02.300 até o medicamento MPh 02.1004, quando a ficha começou a sofrer mudanças de forma progressiva. Nessa ficha, o campo “Dimensões” considera as seguintes medidas: altura do objeto, diâmetro para objetos circulares, largura para demais formatos e altura da tampa, quando existente no objeto. Além disso, é informada no campo “Data” toda e qualquer data identificada no objeto, sem distinção entre data de fabricação e validade.

Já a segunda fase começou no acervo MPh 02.100 até o MPh 02.299. A ficha utilizada tem os mesmos campos informacionais da ficha anterior; porém, a ordem dos campos foi modificada e acrescido o campo “Função/Funcionamento”. Essa ficha é semelhante à utilizada na Coleção de Aparelhos Científicos. É possível constatar nas fichas desse intervalo que o campo “Categoria de acervo” ainda é preenchido com 02 – Frascos e vidrarias. Na ocasião do preenchimento dessas fichas já havia acontecido a retirada das vidrarias da coleção e adotada a classificação 02 – Medicamentos. O campo “Dimensões” passou a ser preenchido da seguinte forma: H, correspondendo à altura total do frasco; BI, como a base inferior; e BS, medida da boca do recipiente. Dessa forma, não são mais consideradas separadamente a medida da tampa e a altura.

Nesse momento, o campo “Origem” passa a registrar a informação referente à procedência do objeto, ou seja, o último proprietário do medicamento, e não o lugar no qual o objeto foi produzido. Além disso, é possível notar que o campo “Função/Funcionamento” é utilizado apenas quando essa informação consta no rótulo objeto. Aparentemente, não é utilizado para registrar uma pesquisa e investigação feita sobre a funcionalidade do medicamento. Ademais, é perceptível que o campo “Fabricante” é frequentemente preenchido com informações imprecisas, sendo registrado como indústria brasileira, indústria alemã ou indústria francesa. Possivelmente, em alguns dos casos, essa informação considera o que se infere da língua utilizada no rótulo.

A terceira fase começou no acervo MPh 02.1005 e foi utilizada até a ficha MPh 02.1736. Nela não consta o campo “Função/Funcionamento” e o campo “Marcas e inscrições” foi desmembrado em outros dois: “Conteúdo do rótulo” e “Inscrição da base”. Recentemente, a partir da ficha MPh 02.1537, o campo “Número de patrimônio” foi substituído por “Procedência”; os

demais campos permaneceram iguais à ficha anterior. Nesse último momento, passou-se a informar apenas duas dimensões (altura e diâmetro ou altura e largura) em contrapartida aos registros anteriores que consideravam até três medidas. A partir da ficha MPh 02.1000, o campo “Observação” deixou de ser usado para descrever o frasco, o conteúdo e o tipo de vedação, passando a informar o estado de conservação, intervenções realizadas, se há outros medicamentos iguais e com o mesmo lote, dentre outras informações que não são contempladas nos demais campos.

Após análise e acompanhamento do funcionamento do museu e dos processos de documentação, identificamos duas explicações possíveis para as variações que existem nas fichas de registro da coleção. É importante considerar que a única funcionária efetiva da instituição é a museóloga responsável por desempenhar as funções administrativas e técnicas. A primeira explicação pode ser encontrada na rotatividade da equipe que trabalha nesse setor do museu. A documentação dos acervos em grande parte foi e ainda é realizada por estagiários do curso de Museologia da UFOP e extensionistas do projeto “Museu da Farmácia: Preservando o conhecimento”. Devido ao curto período em que esses estudantes permanecem na instituição, muitas vezes não conseguem finalizar a catalogação do acervo, ficando essa responsabilidade para os próximos alunos a entrar no projeto. Além disso, o trabalho de documentação dificilmente é finalizado, visto que o MPh constantemente adquire novos objetos. Outro motivo é a ausência de um manual que estabeleça normas metodológicas para o preenchimento das fichas de registro. Esse documento auxiliaria os novos estagiários e extensionistas na pesquisa e na documentação, além de minimizar as diferenças no modo de registrar e evitar o uso de outros modelos de fichas.

5 NOVO MODELO DE FICHA DE REGISTRO PROPOSTA PARA A COLEÇÃO DE MEDICAMENTOS

A Documentação Museológica é um procedimento essencial dentro do museu, pois representa um conjunto de informações intrínsecas e extrínsecas sobre os objetos museais. Segundo Fernanda de Camargo-Moro (1986), documentar uma peça de forma completa não é tarefa fácil: é necessário estabelecer um sistema de documentação apropriado para o acervo da instituição, baseando-se em estruturas técnicas gerais e especializadas, além

de estabelecer uma série de convenções que permitam uma padronização básica. A autora ressalta que essa documentação deve se adequar às demandas do objeto, e para que isso aconteça é necessário um estudo sobre o conjunto de peças a classificar e um bom equacionamento da ficha. Segundo Bottallo (2010), a padronização da documentação museológica, além de ser essencial, deve ser clara para todos os envolvidos no processo de catalogação, sendo importante criar manuais de procedimentos de catalogação com normas para a utilização e preenchimento de cada campo da ficha. Assim, é necessário padronizar os dados e fazer o controle terminológico para a elaboração e catalogação das fichas.

Com base nesses pressupostos e na análise da documentação museológica da Coleção de Medicamentos, constatamos que as fichas de registro utilizadas ao longo do tempo não são eficientes para registrar informações pertinentes sobre a trajetória do objeto antes de ser musealizado, sua função e uso, sua descrição intrínseca e extrínseca, dentre outras informações. Identificamos isso como um problema que pode ocasionar a perda de informações que seriam utilizadas para cruzamento de dados, elaboração de roteiros e legendas, etc.

A partir disso, propomos uma nova ficha de registro no programa Word com base nas informações de estrutura e catalogação dos campos que foram utilizados, ao longo dos anos, para o registro desse acervo em específico. São 22 campos que irão suprir a demanda de preservar as informações contidas nos objetos da coleção. Além disso, com o intuito de auxiliar no processo de catalogação, elaboramos um “Manual de preenchimento da ficha de registro da Coleção de Medicamentos” que explica campo a campo a ficha catalográfica, como deve ser feita a medição e o registro fotográfico, afim de normatizar e padronizar a metodologia de registro para os objetos em questão. A seguir explicaremos a estrutura da nova ficha de registro.

O nome é uma denominação particular inferida do próprio objeto, bem como o número de registro é único em cada objeto. Contudo, em alguns objetos da coleção é possível identificar, por meio de pesquisa ou mesmo da leitura do rótulo, outros nomes que lhes são atribuídos, tais como o nome científico e/ou comum, a nomenclatura usual, ou até mesmo a tradução dele, por isso foi criado o campo “Outro nome” para registrar essa informação.

No estudo de caso realizado, foi possível observar que o campo “Número de patrimônio” é pouco utilizado, pois é uma informação encontrada apenas em objetos que compõem o patrimônio móvel e imóvel da UFOP, e normalmente os medicamentos não recebem essa identificação. Esse campo foi removido na ficha MPh 02.1537, dando lugar ao campo “Procedência”. No modelo proposto esse campo cedeu espaço às informações referentes ao processo de aquisição do acervo, o modo pelo qual foi incorporado ao acervo e a data em que isso ocorreu.

Os campos “Modo de aquisição” e “Data de aquisição” contêm informações referentes ao processo de incorporação do acervo à coleção do museu (CAMARGO-MORO, 1986), e por isso, esse campo foi escolhido com o intuito de preservar esses dados. Trata-se de um campo aberto e que não delimita os modos de aquisição (doação, coleta, permuta, compra, legado etc.), pois a instituição não possui política de aquisição. Quando houver dados sobre a aquisição do objeto, poderão ser registrados em “Observações”.

Optamos por tornar permanente o campo “Procedência”, que surgiu a partir da ficha MPh 02.1537, pois é um campo relevante que preserva o nome da pessoa ou da instituição que detinha a guarda/propriedade do objeto anterior à incorporação ao acervo do museu (CÂNDIDO, 2006). O campo “Data” passou a ser destinado ao registro da data de fabricação do objeto, sendo que antes registrava qualquer informação de data identificada no acervo. Caso o objeto contenha informações referentes à data de validade e lote essas devem ser informadas no campo “Observações”.

Como ressalta Fernanda de Camargo-Moro (1986), ao iniciar a medição do acervo é importante usar uma denominação homogênea, estabelecendo os termos das dimensões e a unidade de medida. Por isso, para o campo “Dimensões” selecionamos como medidas a altura, largura, diâmetro e profundidade, a serem aferidas em centímetros. Nos objetos circulares mede-se o diâmetro e a altura; já nos tridimensionais registra-se a altura, a largura e a profundidade.

O campo “Descrição” constitui um conjunto de informações importantes para identificação do acervo, pois fornece informações referentes à descrição do objeto, que deve ser feita de forma objetiva, partindo do geral para o particular (CÂNDIDO, 2006). Decidimos acrescentá-lo pois, nas primeiras fichas era feita uma descrição sucinta do frasco, do conteúdo e

da tampa em “Observações”. O principal objetivo é deixar essa informação mais precisa, clara e coesa.

O campo destinado ao “Registro fotográfico” foi dividido em dois com o intuito de poder registrar também as informações presentes no verso do objeto. Além da fotografia inserimos “Fotografado por” e “Data” na intenção de fazer um controle de quem realizou o procedimento e quando.

“Marcas e inscrições” ficou destinado à transcrição de toda gravação, legenda, marca, grafia e inscrição feita no medicamento. A fim de melhor distinguir esse registro e orientar seu preenchimento, foram tornadas permanentes as informações do rótulo, inscrição da base, etiqueta e selo, uma vez que é frequente a identificação dessas informações nos objetos.

Outro campo que foi substituído é “Movimentação”. Esse campo é importante por registrar e controlar os deslocamentos dos objetos na instituição, contudo, nunca foi utilizado, pois demanda da equipe da atualização constante dessa informação e isso, atualmente, não condiz com a realidade da instituição. No novo modelo, esse campo foi trocado por “Histórico do objeto” (CAMARGO-MORO, 1986, p.46), que abrange tanto os levantamentos acerca da história desse medicamento quanto a sua participação em exposições e publicações.

O campo “Função/Uso” foi incluído, pois é importante para registrar informações de utilização e serventia que podem ser inferidas a partir do objeto ou por meio de pesquisa, sendo relevante na contextualização do medicamento dentro da coleção. Já “Referência bibliográfica” foi escolhido para informar as fontes da pesquisa referente ao medicamento, principalmente quando são encontradas informações sobre o “Histórico do objeto”, “Função/Uso” e “Outro nome”.

O “Estado de conservação” foi um campo escolhido para fazer o acompanhamento da integridade do objeto, sendo uma análise feita das condições físicas observáveis. É um campo “fechado”. Nele é indicado “Bom”, quando a peça se encontra em boas condições físicas e estéticas, não há deteriorações no rótulo e no frasco do medicamento. A Indicação “Regular” é adotada quando o recipiente e o rótulo do objeto apresentam sujidade aderida, pequenas perdas e/ou início do processo de deterioração. Nos casos em que o objeto apresenta processo grave de deterioração, como perda irreversível da matéria original do medicamento, manchas,

proliferação de microrganismos, dentre outros, é indicado como “Ruim”. Podem ser incluídas em “Observações” outras informações relevantes sobre o estado de conservação.

O último campo incluído refere-se ao responsável pelo processo de registro, catalogação e pesquisa do acervo. Informa o nome e a data que foi feito o trabalho de documentação. É importante para identificação e controle de quem realizou a catalogação, caso seja necessário recorrer a essa pessoa para sanar eventuais dúvidas e até mesmo compreender o contexto desse processo.

Assim, a nova ficha busca contemplar essencialmente o registro das características físicas, das informações de identificação, uso e história do acervo. Vale lembrar que para a elaboração desse sistema de documentação é necessário um estudo aprofundado das coleções da instituição, das características e necessidades do acervo. De todo modo, ao tomar qualquer medida mais onerosa e complexa deve-se sempre levar em conta a possibilidade que a instituição tem de arcar a longo prazo com a manutenção desse recurso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa compreendemos a complexidade de estudar e analisar o cenário dos museus universitários. Resumidamente, o museu universitário é aquele que está sob a tutela de uma universidade e que, além de desempenhar as funções de um museu definidas pelo Icom, devem desenvolver e manter atividades de pesquisa, ensino e extensão. Geralmente são museus voltados tanto para o público acadêmico quanto para o público em geral e é por isso que há maior expectativa para a realização de atividades de extensão. Além disso, o museu universitário é um importante fator de estreitamento da relação da sociedade com a divulgação científica: é um espaço que busca transmitir informações do campo científico e acadêmico para público diverso.

Com base nisso, o MPh desenvolve atividades nas áreas de pesquisa, preservação, conservação, documentação e educação. Também realiza ações educativas, dentro e fora do museu, buscando ser um mediador entre o público e o conhecimento. Vale ressaltar que um dos maiores desafios da instituição é tornar a linguagem científica acessível para os diversos tipos de público. É a partir da documentação museológica e das pesquisas que

essa linguagem se torna acessível, e por meio desse trabalho são fornecidas informações a serem divulgadas nas atividades do museu.

A documentação museológica é de suma importância para os museus, pois ela gera, registra e gerencia todas as informações referentes aos acervos, sejam elas intrínsecas ou extrínsecas, que servem de base para a curadoria, ações educativas, divulgação e preservação dos diversos tipos de patrimônios. A ficha de registro é um dos principais recursos da documentação museológica que as instituições utilizam para recuperar e preservar informações e conhecimento sobre os objetos museais. É um mecanismo capaz de transformar os objetos em fontes de informação, inserindo-os em contextos mais amplos com os quais têm relação. Portanto é relevante que o museu estruture um sistema de documentação que crie e sustente uma base de dados eficiente e que auxilie a gestão do acervo museológico.

Ao lidar com a Coleção de Medicamentos do MPh partimos desses princípios da documentação museológica, analisando as questões teóricas e práticas da área e levando em consideração as necessidades tanto dos objetos quanto do Museu. Durante a pesquisa *in loco*, comprovaram-se as diferentes fases que compõem a atual documentação da coleção e as problemáticas que isso traz para a eficiência do registro e da disseminação da informação. Observamos a necessidade de padronizar a metodologia de preenchimento dos campos informacionais por meio da criação de um manual como forma de minimizar as diferenças na catalogação. Além disso, constatamos a necessidade de desenvolver uma nova ficha de registro que preserve diversas informações, tais como: características físicas, informações de identificação, uso e histórico do objeto, estado de conservação etc. Lembrando que a proposta da ficha de registro foi elaborada com base na atual ficha de forma a ampliar e aprimorar seus campos informacionais.

Finalizamos ressaltando que o tema abordado é de extrema importância por se tratar da documentação da Coleção de Medicamentos, que preserva uma parte da história da prática do ensino farmacêutico na Escola de Farmácia e, num cenário mais amplo, da trajetória de uso e função desses medicamentos, além de representar o desenvolvimento da química farmacêutica no Brasil. É uma coleção que pode servir de base para muitas pesquisas e estudos, uma vez que as informações inferidas dela se relacionam com as outras coleções da instituição e podem elucidar o cenário de desenvolvimento e transformações da ciência farmacêutica tanto no Brasil quanto no mundo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e coleções universitários: por que museus de arte na universidade de São Paulo?*, 2001. 311 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, Adriana Mortara. Os públicos de museus universitários. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 12, p. 205-217, 2002.
- BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 33-43. (MAST Colloquia, 10).
- BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. p. 48-79.
- BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce la documentation?* Paris: EDIT, 1951. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- BUCKLAND, Michael. What is a « document »? *Journal of the American Society of Information Science*, v.48, n.9, p. 804-809, 1997. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/pd-what-is-a-document.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: aquisição e documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.
- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. 4. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 31-90.
- CAVALCANTI, C. C. B.; PERSECHINI, P. M. Museus de ciência e a popularização do conhecimento no Brasil. *Field Actions Science Reports [Online]*, p. 1-10, nov. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/factsreports/1085>. Acesso em: 23 out. 2019.
- CONSELHO Federal de Farmácia 50 anos. Brasília, DF: TDA Brasil, 2010. 224 f.
- DIAS, J. R. *Apontamentos históricos do sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. 3. ed. Ouro Preto: UFOP/ Escola de Farmácia, 1989.
- FERREZ, Helena Dodd. *Documentação museológica: teoria para uma boa prática*. Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 1994. p. 65-74. (Cadernos de Ensaios, 2: estudos de museologia)
- FERREZ, Helena Dodd. *Documentação museológica: teoria para uma boa prática*. In: IV FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, Recife, 1991. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/documentacao-museologica-helena-dodd-ferrez.html>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- GODOY, Victor Vieira de. A coleção do Museu da Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto. In: GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. (Org.). *Coleções científicas luso-brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: MAST, 2010. p. 81-85.
- GOMES, Alberto Coelho de Magalhães. *Apontamentos históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. 2.ed. atual. Ouro Preto, 1961.
- HOTTES, Sarha Dias. Reflexão sobre documentação museológica: uma análise das fichas de registro e documentação da coleção de medicamentos do Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto. Orientadora: Dra. Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira. 2020. 101 f. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. A documentação museológica entre arte e ciência. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 102-167. (MAST Colloquia, 10).

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Maria Lira da. O reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 63-84, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/149/151> . Acesso em: 5 jun. 2020.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. O que são museus universitários, para que servem?. *Folha de Londrina*, 26 set. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/35652326/O_que_s%C3%A3o_os_museus_universit%C3%A1rios_para_que_servem_Publicado_na_Folha_de_Londrina . Acesso em: 7 jun. 2020.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. *Museus universitários e modernidade líquida: desafios, compromissos e tendências (um estudo sob a perspectiva da Teoria Ator-rede, Brasil e Portugal)*. 2017. 347 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2017.

NUNES, Gilson Antônio; GANDINI, Antonio Luciano; REZENDE, Edson Fialho; GOMES, Gabriela de Lima; DELICIO, Maria Paula; SILVA, Raiany Aparecida Silva. A ciência divertida na UFOP com a escola. In: NUNES, Célia Maria Fernandes Nunes; ALVES, Kerley dos Santos (Org.). *Em busca de novos talentos: experiências pedagógicas na interação universidade e educação básica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2014. p. 135-150.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, 2)

MENSCH, Peter Van. The object as data carrier. In: *Towards a methodology of museology* (Phd Thesis). University o Zagreb, 1992. Disponível em: <http://www.xs4all.nl/~rwa/boek12.htm> . Acesso em: 9 jun. 2020.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museus universitários brasileiros: novas perspectivas. ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 4, 2006, Belo Horizonte. In: *Museus universitários: ciência, cultura e promoção social*. São Paulo: Icom-BR, 2006.

SILVA, Raiany Aparecida da. Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto. In: LEMOS, Paulo; SIMÕES, Raphael (org.). *Ouro Preto: museus*. 2014. p. 166-173.

SMIT, Joahanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-23. (MAST Colloquia, 10).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Escola de Direito Turismo e Museologia. *Conheça um pouco da história da nossa escola*. Disponível em: <https://edtm.ufop.br/hist%C3%B3ria> . Acesso em: 1 dez 2020.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Escola de Farmácia de Ouro Preto. In: *Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escfarop.htm#topo . Acesso em: 1 dez. 2020.

